

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	18
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	19
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	22
4.5 - Processos sigilosos relevantes	23
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	24
4.7 - Outras contingências relevantes	25

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	26
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	27
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	28
5.3 - Descrição dos controles internos	29
5.4 - Programa de Integridade	30
5.5 - Alterações significativas	32
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	33
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	34
6.3 - Breve histórico	35
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	36
6.6 - Outras informações relevantes	37
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	38
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	39
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	40
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	41
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	42
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	43
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	44
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	45
7.8 - Políticas socioambientais	46
7.9 - Outras informações relevantes	47
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	48
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	49

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	50
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	51
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	52
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	53
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	54
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	57
9.2 - Outras informações relevantes	58
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	59
10.2 - Resultado operacional e financeiro	63
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	65
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	66
10.5 - Políticas contábeis críticas	67
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	68
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	69
10.8 - Plano de Negócios	70
10.9 - Outros fatores com influência relevante	71
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	72
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	73
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	74
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	78
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	80
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	81
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	82

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	85
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	86
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	87
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	88
12.12 - Outras informações relevantes	89

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	90
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	93
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	97
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	98
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	99
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	100
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	101
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	102
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	103
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	104
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	105
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	106
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	107
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	108
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	109
13.16 - Outras informações relevantes	110

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	111
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	113
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	114
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	115
14.5 - Outras informações relevantes	116
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	117
15.3 - Distribuição de capital	120
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	121
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	122
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	123
15.7 - Principais operações societárias	124
15.8 - Outras informações relevantes	126
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	127
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	128
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	129
16.4 - Outras informações relevantes	130
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	131
17.2 - Aumentos do capital social	132
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	133
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	134
17.5 - Outras informações relevantes	135
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	136

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	137
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	138
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	139
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	141
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	142
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	143
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	144
18.8 - Títulos emitidos no exterior	145
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	146
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	147
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	148
18.12 - Outras informações relevantes	149

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	150
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	151
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	152

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	153
20.2 - Outras informações relevantes	154

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	155
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	156
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	159
21.4 - Outras informações relevantes	160

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luciano Ribas Batistella

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1. Declaração do Diretor Presidente

Declaro que:

- a) revi o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Luciano Ribas Battistella
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.1. DECLARAÇÃO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Declaro que:

- a) revi o Formulário de Referência;
- b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Luciano Ribas Battistella
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 - DECLARAÇÃO DIRETOR PRESIDENTE / RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Declaro que:

a) revi o Formulário de Referência;

b) todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;

c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Luciano Ribas Battistella
Diretor Presidente e
Diretor de Relação com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Martinelli Auditores
CPF/CNPJ	79.370.466/0001-39
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria de nossas demonstrações financeiras independentes encerrado em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, parecer sobre referidas demonstrações
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social de 2018 foi de R\$ 57.112,70 (cinquenta e sete mil, cento e doze reais e setenta e sete centavos), conforme descritos acima.
Justificativa da substituição	Não ocorreu substituição
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não ocorreu substituição

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	
Alfredo Hirata	01/01/2018	036.687.878-67	Avenida sete de setembro, 4476, 3

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	418.000,00	10.771.000,00	133.000,00
Ativo Total	21.665.000,00	51.147.000,00	190.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	0,00	13.000,00	73.000,00
Resultado Bruto	0,00	4.000,00	8.000,00
Resultado Líquido	-9.997.000,00	-1.356.000,00	2.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	15.359.181	15.359.181	
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,027215	0,701274	
Resultado Básico por Ação	-0,650881	-0,088286	

3.2 - Medições não contábeis

EBITDA – *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*
LAJIDA - Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

EBITDA	2018	% s/Rol	2017	% s/Rol	Varição
					2018-2017
Lucro Bruto	52.015	14,49%	30.078	13,94%	21.937
<u>Despesas operacionais</u>					
Despesas com vendas	(17.283)	-4,82%	(12.470)	-5,78%	(4.813)
Despesas Gerais Administrativas	(33.637)	-9,37%	(37.363)	-17,32%	3.726
Resultado Financeiro - Rec (Desp)	(5.913)	-1,65%	(11.573)	-5,36%	5.660
Outras Rec (Desp) operacionais	(7.059)	-1,97%	(3.003)	-1,39%	(4.056)
IRPJ e CSLL	1.880	0,52%	22.190	10,29%	(20.310)
Equivalência patrimonial empreend conjun	-	0,00%	10.785	5,00%	(10.785)
(=) Lucro (Prej.) do Exercício	(9.997)	-2,79%	(1.356)	-0,63%	(8.641)
(+) IR e CSLL	(1.880)	-0,52%	(22.190)	-10,29%	20.310
(+/-) Resultado Financeiro	5.913	1,65%	11.573	5,36%	(5.660)
(+) Deprec, amort e exaustão	955	0,27%	1.210	0,56%	(255)
EBITDA	(5.009)	-1,40%	(10.763)	-4,99%	5.754
Rol - Receita Operacional Líquida	358.889		215.719		143.170

Não fosse pela perda de avaliação dos imóveis, a Companhia teria apresentado Ebitda positivo de R\$ 6.845 em 2018 versus R\$ 10.763 negativo em 2017. Isso demonstra a recuperação operacional dos seus negócios.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas Demonstrações Financeiras da Companhia

3.4 - Política de destinação dos resultados

- a. regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais*
- b. regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios*

O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, sendo que do resultado do exercício serão os deduzidos valores para apuração do lucro líquido: (i) prejuízos acumulados, (ii) provisão para imposto de renda, e (iii) parcela destinada à participação dos administradores da Companhia, respeitados os limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei das SA quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral e condicionada à distribuição dos dividendos obrigatórios.

Segundo o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% para constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social da Companhia, (ii) formação de reserva para contingência e de lucros a realizar, em valor a ser determinado pelos administradores, (iii) 25% será distribuído aos acionistas da Companhia na forma de dividendo obrigatório, sobre os quais poderão ser imputados os pagamentos de juros sobre capital próprio, conforme a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária, se compatível com a situação financeira da Companhia, (iv) havendo saldo remanescente, o Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, a distribuição aos acionistas ou constituição de reserva de investimento e capital de giro, a fim de assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro da companhia, além de amortização de dívidas da Companhia e funcionamento de sociedades controladas e coligadas.

Em relação ao exercício encerrado em 31.12.2016 não houve destinação de lucro ou distribuição de dividendos, uma vez que apresentou um lucro de R\$ 2.201 milhões, porém o mesmo foi absorvido pelo prejuízo acumulado.

Em relação ao exercício encerrado em 31.12.2017 não houve destinação de lucro ou distribuição de dividendos, uma vez que apresentou um prejuízo de R\$ 1.356 milhões.

Em relação ao exercício encerrado em 31.12.2018 não houve destinação de lucro ou distribuição de dividendos, uma vez que apresentou um prejuízo de R\$ 9.997 milhões.

- c. periodicidade das distribuições de dividendos*

A distribuição de dividendos ocorre anualmente, observadas as regras mencionadas nos itens “a” e “b” deste item 3.4 e de acordo com a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que não houveram distribuição de dividendos nos 3 últimos exercícios devido à Companhia ter apresentado prejuízo nos referidos períodos.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos 03 últimos exercícios sociais não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição
31/12/2018	24.383,00	Índice de Endividamento	58,3300000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)					
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos
Empréstimo	Garantia Real		4.075,00	17.450,00	2.858,00
Total			4.075,00	17.450,00	2.858,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 3 do Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia

a. Relacionados à Companhia

O endividamento financeiro consolidado da Companhia requer que uma significativa parcela de seu fluxo de caixa seja utilizada para pagar o principal e juros relacionados ao endividamento. Foram tomadas medidas para a redução do endividamento e minimização de seu impacto no fluxo de caixa da companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento financeiro total consolidado da Companhia era de R\$ 24,4 milhões, sendo que deste endividamento, 83% era de longo prazo.

A sua capacidade de gerar recursos financeiros para cumprir suas obrigações com respeito a sua dívida depende do seu desempenho financeiro e operacional que, por sua vez, está sujeito a condições econômicas e competitivas de mercado.

Decisões judiciais desfavoráveis podem afetar os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode vir a ser parte em processos de natureza cível, trabalhista, previdenciária ou tributária, iniciados no curso normal de seus negócios. Na eventual ocorrência de decisões judiciais desfavoráveis à Companhia, em processos que representem improcedência avaliada como possível ou remota, os resultados operacionais poderão ser afetados.

b. Relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Em virtude dos acionistas controladores deterem aproximadamente 84,18% das ações com direito a voto, eventuais deliberações podem ser conflitantes com os interesses dos investidores minoritários da Companhia.

O Acionista Controlador da Companhia, por deter 84,18% das ações com direito a voto, tem poderes para eleger os membros de seu Conselho de Administração e determinar deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências da Lei das Sociedades por Ações, que porventura podem divergir dos interesses de minoritários.

c. Relacionados aos seus acionistas

Os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com o disposto no seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas um dividendo anual obrigatório de 25% de seu lucro líquido anual, ajustado a título de dividendo obrigatório. O resultado de determinado exercício pode ser utilizado para compensar prejuízos acumulados, o que reduz o valor passível de distribuição aos acionistas. Além disso, a companhia pode não realizar o pagamento de quaisquer dividendos, caso devido, se tal pagamento for incompatível com a situação financeira da Companhia.

d. Relacionados às suas controladas e coligadas

A controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. faz parte de um contrato de concessão com a Scania do Brasil S.A., por meio do qual, suas concessionárias revendem os veículos fabricados pela Scania, prestam serviços de oficina e comercializa peças.

e. Relacionado aos seus fornecedores

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os riscos relacionados à Companhia são os mesmos relacionados às suas controladas.

f. Relacionados a seus clientes

Reveses em certos setores de mercados cíclicos nos quais nossos clientes em potencial operam podem ter um efeito adverso para os nossos negócios.

Os setores de transporte e logística seguem em geral os ciclos da economia mundial e nacional. O cenário atual passa por dificuldades, porém tendo em vista que esses setores estão diretamente ligados a infraestrutura, deverão ser demandados significativamente nos próximos anos.

Relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Dada a influência significativa do Governo Federal sobre a economia brasileira, e a conjuntura econômica e política atual, podem ser afetadas as operações, bem como o valor de mercado, das ações da Companhia.

Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o valor de mercado das ações da Companhia podem ser afetados por mudanças nas políticas públicas e/ou regulamentações nas esferas federal, estadual e municipal em relação a determinados fatores, como: aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, desvalorizações de moeda, controle de preços, controle no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços.

A inflação e as medidas adotadas pelo Governo Federal para combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo afetar as atividades da Companhia e o preço de mercado de suas ações.

As medidas governamentais para controlar a inflação e a especulação relativa a possíveis medidas para controlá-la podem contribuir para as incertezas acerca da economia brasileira e diminuir a confiança dos investidores no Brasil, afetando adversamente a capacidade da Companhia e suas controladas de acesso às fontes de financiamento.

Os acontecimentos nas economias de outros países e a percepção dos riscos a elas relacionados podem afetar negativamente a economia brasileira, nossos negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo nossas Ações, além de limitar o acesso da Companhia aos mercados internacionais.

As crises financeiras globais resultam em um ambiente de recessão global, com diversos efeitos sobre o mercado de ações e a economia no Brasil, como aumento na volatilidade do preço dos valores mobiliários e das taxas cambiais, redução nas linhas de crédito e pressões inflacionárias. A reação dos investidores frente aos acontecimentos em outros países pode representar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras.

g. Relacionados à regulação dos setores da economia nos quais a Companhia atua *A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais.*

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas e revogação de licenças.

h. Relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia não possui operações próprias ou por meio de coligadas em países estrangeiros.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações. Está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de seu desempenho.

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas eram parte passiva em processos judiciais e procedimentos administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

As provisões são registradas com base na posição dos advogados e compostas pelos seguintes elementos: (i) contingências passivas, cuja perda é considerada como provável por nossos advogados externos, e cujos valores são integralmente provisionados; e (ii) contingências passivas relacionadas a sociedades que adquirimos, cuja perda é considerada como provável e cujos valores são integralmente provisionados.

(i) Contingências Cíveis

Destacam-se abaixo os processos cíveis que a Companhia considera relevante, em que a Companhia e/ou suas controladas são parte:

Processo nº 039020138006	
a. juízo	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
b. instância	Vara Cível da Comarca de Lages/SC
c. data de instauração	05/11/2002
d. partes no processo	Adelino Bedin & Cia X Battistella Ind. E Com. Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.831.640,00
f. principais fatos	Rescisão de contrato de arrendamento de terra para reflorestamento. Sentença: o Juiz julgou improcedente a ação; Recurso de Apelação oferecido pela Autora: O TJSC deu provimento ao recurso de apelação. Tendo em vista que o recurso especial interposto pela Companhia não foi admitido, foi protocolado recurso de agravo de instrumento ao STJ.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto irrelevante do ponto de vista econômico, considerando que há valor provisionado na contabilidade.
i. valor provisionado	R\$ 1.831.640,00

Processo nº 0305801-33.2015.8.24.0039	
a. juízo	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
b. instância	4ª Vara Cível da Comarca de Lages/SC
c. data de instauração	02/09/2015
d. partes no processo	Pamela Branco Schweitzer X Battistella Ind. E Com. Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.035.000,00
f. principais fatos	Rescisão contratual c/c danos materiais e lucros cessantes, em virtude de contrato de arrendamento firmado entre as Autoras e Flobasa em 2003, que foi objeto de subarrendamento para a Mobasa, relativamente à Fazenda Pai João Quirino.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto irrelevante do ponto de vista econômico, considerando que há valor provisionado na contabilidade.
i. valor provisionado	R\$ 1.035.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 0013130-18.2004.8.24.0020	
a. juízo	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
b. instância	1ª Vara Cível da Comarca de Criciúma/SC
c. data de instauração	20/07/2004
d. partes no processo	Manoel Correa de Quadra X Battistella Ind. E Com. Ltda. (Ação da Battistella Adm. Consórcio)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 817.439,78
f. principais fatos	Indenização por danos morais sofridos pelo autor ao ter o veículo apreendido em decorrência de ação ajuizada pela BAC. Apelação promovida contra decisão que rejeitou a exceção de incompetência ajuizada pela BAC está na ficha 1534, a qual já foi arquivada.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto irrelevante do ponto de vista econômico, considerando que há valor provisionado na contabilidade.
i. valor provisionado	R\$ 817.439,78

(ii) Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e/ou suas controladas eram parte passiva em reclamações trabalhistas. Os processos trabalhistas em andamento versam, em geral, sobre verbas trabalhistas e indenização por acidente de trabalho, principalmente.

Processo nº 0001653-67.2017.5.09.00	
a. juízo	Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região
b. instância	1ª Vara do Trabalho Curitiba/PR
c. data de instauração	06/12/2017
d. partes no processo	Rodrigo Gheno x BATTISTELLA Veículos Pesados Ltda. (atual Battistella Administração e Participações S/A)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 950.000,00
f. principais fatos	Horas Extras, Adicional de Transferência, Despesas de viagem, Rescisão Indireta, Sobreaviso, Suspensão do intervalo intrajornada ou pagamento de adicional de gerência e adicional de transferência.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto irrelevante do ponto de vista econômico, considerando que há valor provisionado na contabilidade.
i. valor provisionado	R\$ 950.000,00

Processo nº 0000547-08.2016.5.09.0125	
a. juízo	Tribunal Regional do Trabalho – 9ª Região
b. instância	2ª Vara do Trabalho Pato Branco/PR

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data de instauração	04/08/2016
d. partes no processo	Gilberto Ghizzi x BATTISTELLA Veículos Pesados Ltda. (atual Battistella Administração e Participações S/A)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 623.705,00
f. principais fatos	<ul style="list-style-type: none"> - Adicional por horas extraordinárias - Férias: - Integração de salário-utilidade - Equiparação salarial - Diferenças salariais - Aumento salarial CCT 2014 – 20152 - Comissões - Ressarcimento de despesas com veículo próprio - Dano moral
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto irrelevante do ponto de vista econômico, considerando que há valor provisionado na contabilidade.
i. valor provisionado	R\$ 623.705,00

(iii) Contingências Tributárias

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia e/ou suas controladas eram parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal-tributária. Contudo, em virtude da reabertura de programas de parcelamento, junto aos governos federais, estaduais e municipais, a Companhia aderiu ao benefício, parcelando seus débitos relevantes em aberto.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor e suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a Companhia é uma companhia nacional, com sede no Brasil e suas ações são custodiadas neste País.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não tem uma Política formalizada de Gerenciamento de Riscos

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não tem uma Política formalizada de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Procedimentos e controle dos principais ciclos operacionais da empresa, visando detectar fragilidades que mereçam correção e desvios.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Equipe interna e externa de avaliação de todas as operações e reportes para a Administração

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

São realizadas revisões por equipe interna da Companhia, financeira, contábil, Administrativa. Os trabalhos são desenvolvidos focando a avaliação das operações como um todo, exame de documentação, verificações físicas, revisão e análise documental.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia não tem uma Política formalizada de Gerenciamento de Riscos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a. Riscos para os quais se busca proteção

O principal risco de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações em índices e taxas de juros, fator que influencia o negócio de caminhões, na controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., a qual não corre risco cambial. A controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. corre risco com as oscilações do câmbio, uma vez que parte seu faturamento provem do mercado externo.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota mecanismos visando reduzir a exposição a flutuações de dólar no curto prazo.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza, visando proteção patrimonial, travas cambiais de até um ano.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia em relação às vigentes no mercado.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial, pois não realiza a contratação de hedges financeiros.

f. Estrutura organizacional de controle e gerenciamento desses riscos

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas recomendadas pela Diretoria e Conselho de Administração, visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

Por meio da estrutura organizacional multidisciplinar, a Administração monitora e avalia a adequação das operações da Companhia às políticas estabelecidas.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado em que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada no último exercício

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

Para avaliação da eficiência dos controles internos da Companhia, a Administração conta com o trabalho da auditoria externa.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A contabilidade elabora as demonstrações financeiras da Companhia, as quais são analisadas e aprovadas pelo Conselho Fiscal, pela Diretoria de Relações com Investidores e pela auditoria externa.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

O resultado de todos os trabalhos de controles internos previstos no exercício é reportado por meio de relatório à Administração, que reporta ao Conselho de Administração. As deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área corporativa da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O trabalho realizado pela auditoria de controles internos abrangeu o segmento “veículos e serviços de oficina” e o segmento “florestal”. Com relação a 2018 foram identificados pontos de melhoria nos controles contábeis.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo que, não foram identificadas deficiências ou recomendações sobre os controles internos que não possam ser sanadas.

5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

Para a prevenção e identificação de fraudes, a Companhia adota a criação e manutenção de Políticas Corporativas, nas áreas de Controladoria, Financeira e Tesouraria, Gestão da Informação, Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Jurídico e Marketing e Comunicação, nas quais são elencadas as formas adequadas de realizar ações na Companhia. As Políticas e Procedimentos são anualmente revisados pelos Gestores

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As áreas interessadas propõem a norma, política ou procedimento, através de seu Coordenador, de forma, sucinta, clara e objetiva. A proposta é previamente encaminhada para análise das demais áreas envolvidas, e após o retorno, será consolidado e submetido à Diretoria para aprovação final.

Após a aprovação, a área de Gestão de Pessoas providencia a divulgação do conteúdo a todos os funcionários, através do Portal Corporativo e em reuniões presenciais; para cada norma ou política é estabelecido um gestor responsável pela sua aplicação.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;*
- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;*
- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão prevista;*
- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

A Companhia não possui um Código de Ética formalmente aprovado.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*
- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*
- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*
- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

A Companhia mantém um canal interno, através de seu Portal, para receber denúncias de possíveis práticas ilícitas ou antiéticas, dentro da Companhia, relacionados a uso inadequado de ativos da empresa, tratativas inadequadas

5.4 - Programa de Integridade

de informações comerciais, conflitos de interesses, atividades ilícitas, fraude, corrupção, suborno, discriminação, assédio, desrespeito aos direitos humanos, entre outros. As denúncias são analisadas e tratadas pela Administração.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Todas as operações de reestruturações societárias são aprovadas previamente pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como é acompanhado sua evolução, pela Diretoria e Conselho, até sua finalização.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido”

Não aplicável, visto que a Companhia adota os procedimentos citados acima.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco com relação à política de gerenciamento de riscos.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	01/08/1974
Forma de Constituição do Emissor	Constituído sob a forma de sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	14/03/1996

6.3 - Breve histórico

Fundado por Emílio Fiorentino Battistella em 1949, o grupo Battistella iniciou suas atividades na cidade de Lages, em Santa Catarina, com a implantação de uma serraria que levava o nome do fundador.

Já nos anos 50 o Grupo Battistella iniciou a expansão de suas operações, e se tornou uma das primeiras empresas no Brasil a representar a marca Scania.

Nas décadas de 60, 70 e 80 o grupo cresceu para diversos ramos, como hotelaria, fazendas de gado e de madeira, entre outros.

Na década de 90 e já nos anos 2000, a Companhia voltar a focar na sua origem, deixando de operar nos setores que não os dois originais, quais sejam madeira e revenda Scania.

Em junho de 2016, foi criada uma nova empresa, a Cotrasa Veículos e Serviços Ltda., com objetivo de absorver as operações de revenda de peças e veículos Scania e a prestação de serviços de oficina, tendo assim, independência nesse ramo de negócio.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data atual, a Companhia não apresentou nem sofreu qualquer pedido de falência, tampouco recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que julguemos relevantes com relação a esta Seção 6.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Listamos abaixo descrição sumária das atividades da Companhia, bem como as atividades desenvolvidas por suas Controladas.

Companhia

A Battistella Administração e Participações S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações com sede em Curitiba, Paraná e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”).

O acionista controlador da Companhia é a Aliança Battistella e Agropecuária e Administração de Bens S.A.

A Battistella Administração e Participações S.A. e suas controladas têm como principais atividades preponderantes:

- a) Comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas;
- b) Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- c) Participação em outras sociedades.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Segmento veículos pesados

A companhia opera através de sua subsidiária Cotrasa na revenda de veículos pesados da Marca Scania, bem como de venda de peças e prestação de serviços de oficina. A rede Cotrasa é composta por 7 unidades prestadoras de serviços, distribuídas nas melhores praças do estado do Paraná. A empresa é reconhecida pelo processo de venda técnica que realiza orientando seus clientes na escolha dos melhores equipamentos para atender as reais necessidades em que serão aplicados – Caminhões novos ou semi-novos, ônibus, semi-reboques, peças e serviços.

Com um trabalho pautado na busca da excelência operacional, na qualidade do atendimento e prestação de serviços de oficina e venda de peças Scania, a Battistella segue os mais rígidos padrões de eficiência reconhecidos pela Scania.

Segmento Florestal

O segmento Madeira é dedicado à industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados, atendendo a mercado interno e externo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. *características do processo de produção*

Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.

Este segmento opera com (i) veículos novos; (ii) veículos seminovos; e (iii) peças e serviços.

Veículos Novos

As 7 revendas de caminhões Scania, atendem às exigências de qualidade de um segmento altamente competitivo e são atividades da empresa controlada Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. (*Cotrasa*). São caminhões de alta performance, com motores de torque elevado, boa dirigibilidade e excelente economia de combustível. Os caminhões novos Scania foram desenvolvidos para atender às exigências de um mercado que busca a maior disponibilidade e durabilidade de equipamentos, com baixo custo operacional.

Veículos Seminovos

A comercialização de veículos seminovos e usados Scania e multimarcas é mais um serviço que a Cotrasa oferece aos seus clientes.

Peças e Serviços

As Unidades de Peças e Serviços funcionam como centros de atendimento integrados para realização de reparos ou manutenção programada de veículos pesados Scania ou multimarcas, em todas as casas da rede de concessionárias Cotrasa. Uma estrutura completa garante o suporte necessário para manter os veículos em perfeitas condições: scania assistance, acessórios genuínos, sistema de troca, peças genuínas, garantia, acordos ou contratos de manutenção, reparos e treinamentos Scania.

Battistella Indústria e Comércio Ltda.

O setor de derivados de madeiras beneficia, industrializa e comercializa produtos para os setores moveleiro e construção civil. A eficiência e tecnologia aplicada aos seus produtos é resultado do conhecimento adquirido ao longo de mais de 60 anos atuando no atendimento dos mais exigentes mercados nacionais e internacionais.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Não há clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Cotrasa Veículos e Serviços Ltda

O setor de concessões no Brasil é regulamentado pela Lei Renato Ferrari.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Política Ambiental

Conservação dos recursos naturais para as gerações futuras; Manutenção da biodiversidade; Evitar toda e qualquer forma de poluição; Buscar sempre a melhoria contínua dos processos operacionais visando o desenvolvimento social e preservação ambiental; Cumprir integralmente todas as leis e regulamentos aplicáveis às operações ambientais; identificar oportunidades e riscos ambientais relacionados aos negócios atuais e em desenvolvimento e; instituir programa de gestão ambiental formal em todas as suas unidades.

Procedimentos:

As Unidades de Negócios (UN) devem atender a política ambiental corporativa através de auditorias ambientais constantes, estabelecimento de sistemas formais de gestão ambiental, estudo e análise de relacionamento com as partes interessadas e participação em mecanismos externos de gestão e controle ambiental (institucionais, governamentais e não-governamentais) conforme os procedimentos abaixo listados:

A Companhia mantém em dia as licenças ambientais, bem como controla as datas de vencimento das mesmas e suas renovações, com acompanhamento do departamento jurídico e da Diretoria. Cada UN deve acompanhar as alterações atinentes à área ambiental que possam impactar em sua área de atuação.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia possui em suas atividades operações de revenda e serviços Scania, cujo Contrato de Concessão é datado de 11 de outubro de 1972.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

A Companhia não possui receitas provenientes de outros países que não o Brasil. As atividades da Companhia estão concentradas no território nacional.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

As atividades da Companhia estão restritas ao território nacional, e portanto, não estão sujeitas à regulação de outros países.

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se a Companhia divulga informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais

(b) metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Companhia não divulga informações socioambientais

(c) se as informações são auditadas ou revisadas por auditor independente

As informações financeiras abordadas nos relatórios anuais seguem as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, que são auditadas de forma independente.

(d) página na rede mundial de computadores onde a informação pode ser encontrada

As informações podem ser encontradas no site de Relações com Investidores da Companhia:
<http://www.battistella.com.br>

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 7 do Formulário de Referência.

8.1 - Negócios extraordinários

Não ocorreram aquisições ou alienações de ativos relevantes

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não ocorreram alterações na forma de conduta dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foram firmados contratos relevantes pelo emissor e/ou suas controladas, com terceiros, não diretamente relacionadas com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 8 do Formulário de Referência além daquelas já divulgadas e descritas.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que julgemos relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Mu
Terreno c/165.319 m2 + edificações	Brasil	SC	La
Terreno c/31.441,15 m2 + edificações	Brasil	SC	Tu
Terreno c/65.548,57 m2 + edificações	Brasil	SC	Ri
Terreno c/24.850,62 m2 + edificações	Brasil	SC	La

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequências
Marcas	006967396 COTRASA	10/08/2019	Expiração do prazo de vigência; renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; caducidade.	Perda do direito de uso em território nacional; Consequências: perda de seu registro; perda de reputação.
Marcas	GRUPO BATTISTELLA	10/04/2018	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso em território nacional; Consequências: perda de seu registro; perda de reputação.
Marcas	815693001 COTRASA	18/08/2022	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso em território nacional; Consequências: perda de seu registro; perda de reputação.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequências
Marcas	760309469 GRUPO BATTISTELLA	20/04/2022	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso no território nacional; Consequente perda de seu reconhecimento e reputação.
Marcas	CONGLOMERADO BATTISTELLA	16/08/2024	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso no território nacional; Consequente perda de seu reconhecimento e reputação.
Marcas	006671519 - Figurativa classe 07/10.25-60	25/04/2018	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do direito de uso no território nacional; Consequente perda de seu reconhecimento e reputação.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequências
Marcas	006671535 - Figurativa classe 37/42.43.44 - para serviços	25/04/2018	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do território; Consequências para seu registro; III reputação
Marcas	APABA	18/08/2022	Expiração do prazo de vigência; Renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; Caducidade.	Perda do território; Consequências para seu registro; III reputação
				Perda do território; Consequências para seu registro; III reputação

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	De
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)		
Battistella Indústria e Comércio Ltda	84.933.118/0001-62	-	Controlada	Brasil	SC	Rio Negrinho	Co pr
					Valor mercado		
31/12/2018	-47,596700	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	17.032.000,00	
31/12/2017	4,520000	0,000000	0,00				
31/12/2016	1,087430	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação							
O Grupo Battistella iniciou suas atividades em Lages, Santa Catarina, através do negócio de madeira provenientes de florestas adquiridas na região pelo seu fundador, Sr.Emílio Fiori Battistella Indústria e Comércio Ltda, três serrarias e 250 funcionários, a empresa passa a atender todos os continentes. Ganhou a concorrência por dois anos de fornecimento de ma							
Battistella Máquinas Ind e Comercio Ltda	67.122.762/0001-31	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	En
					Valor mercado		
31/12/2018	66,088000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-1.435.000,00	
31/12/2017	0,069930	0,000000	0,00				
31/12/2016	27,329800	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação							
Em 1977 a Companhia adquire através de sua então Controlada Maquigeral S/A e ingressa no mercado de montagem e comercialização de máquinas industriais, em maior escala, in segmento foi descontinuado e a empresa tornou-se inativa.							
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	24.951.802/0001-45	-	Controlada	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Re pr
					Valor mercado		
31/12/2018	29,734800	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	-10.043.000,00	
31/12/2017	100,000000	0,000000	0,00				
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação							
Absorver as operações de revenda de peças e veículos Scania e a prestação de serviços e oficina, segregando da empresa controladora							

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas na Seção 9 do presente Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) – Condições Financeiras e Patrimoniais

Este relatório tem como objetivo informar sobre a situação e desempenho das unidades de negócio e respectivos negócios setoriais, procurando dar a melhor visão possível sobre a situação corrente e perspectivas das atividades e resultados das empresas integrantes do grupo Battistella (Companhia).

Desempenho econômico financeiro:

Resultado – Consolidado

Receita Operacional Líquida e Custo dos produtos vendidos

Receita Operacional Líquida - ROL	2018	% s/Rol	2017	% s/Rol
Florestal	104.540	29%	77.393	36%
Veículos Pesados	254.349	71%	138.326	64%
Sub total	358.889		215.719	

Custo das Vendas - CPV/CMV	2018	%	2017	%
Florestal	(80.135)	26%	(63.030)	34%
Veículos Pesados	(226.739)	74%	(122.611)	66%
Sub total	(306.874)		(185.641)	

LUCRO BRUTO	52.015		30.078	

No segmento florestal, a Companhia industrializa e comercializa madeira processada e seus derivados. No segmento de veículos pesados a Companhia comercializa caminhões e ônibus marca Scania, acessórios e presta serviços de assistência técnica em suas concessionárias autorizadas.

O crescimento das receitas já era esperado, acompanhando a melhora do mercado dos segmentos em que atua.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais tiveram a seguinte evolução:

Despesas Comerciais

DESPESAS COM VENDAS	2018	2017	Variação %
Salários, encargos e comissões	3.517	2.846	24%
Manutenção e conservação	96	54	78%
Fretes, entregas e embarques	11.722	7.355	59%
Aluguéis, condomínios e segurança	29	45	-36%
Outras	1.919	2.170	-12%
Total	17.283	12.470	39%

Percentual sobre a ROL	4,82%	5,78%

As despesas comerciais, em 2018 apresentaram acréscimo de 39% em comparação a 2017, principalmente nas despesas com fretes e entregas, refletindo a reação positiva das vendas. Esse aumento foi menor do que o aumento das vendas, resultando em ganho de eficiência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais geraisDespesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas	2018	2017	Variação %
			2018/2017
Salários e encargos	10.601	11.726	-10%
Honorários de administradores	2.219	1.240	79%
Depreciação	950	1.205	-21%
Manutenção e conservação	1.740	1.640	6%
Impostos, taxas e contribuições	489	6.725	-93%
Honorários profissionais	3.297	3.861	-15%
Alugueis, condomínios e segurança	6.508	6.345	3%
Viagens	629	562	12%
Comunicações	720	793	-9%
Outras	6.484	3.266	99%
Total	33.637	37.363	-10%

Percentual sobre a ROL 9,37% 17,32%

As despesas administrativas do acumulado de 2018 apresentaram redução absoluta de 10% sobre 2017. Em termos relativos, as despesas caíram de 17,32% de 2017 para 9,37% em 2018

Outras Receitas (despesas) operacionais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2018	2017	Variação %
			2018/2017
Recuperação de despesas	8.802	4.441	98%
Provisões para Contingências	(8.713)	969	-899%
Baixa/Alienação imobilizado/investimento	2.470	(10.037)	-75%
Perdas Aval a valor justo	(11.236)	-	100%
Outras receitas (despesas) operacionais	1.618	981	65%
Total	(7.059)	(3.646)	94%

Percentual sobre a ROL -1,97% -1,69%

Em 2017 ocorreu a baixa do investimento na empresa Portosul, o qual foi utilizado para restituição aos sócios pela redução de capital, no montante de R\$ 9.608.

Em 2018 foi registrado perda de avaliação ao valor justo, decorrente da avaliação feita nas propriedades para investimentos. Essas perdas afetaram significativamente o resultado do período, sem as quais a Companhia teria lucro de R\$ 1.239.

EBITDA – Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

EBITDA					Varição
	2018	% s/Rol	2017	% s/Rol	2018-2017
Lucro Bruto	52.015	14,49%	30.078	13,94%	21.937
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	(17.283)	-4,82%	(12.470)	-5,78%	(4.813)
Despesas Gerais Administrativas	(33.637)	-9,37%	(37.363)	-17,32%	3.726
Resultado Financeiro - Rec (Desp)	(5.913)	-1,65%	(11.573)	-5,36%	5.660
Outras Rec (Desp) operacionais	(7.059)	-1,97%	(3.003)	-1,39%	(4.056)
IRPJ e CSLL	1.880	0,52%	22.190	10,29%	(20.310)
Equivalência patrimonial empreend conjun	-	0,00%	10.785	5,00%	(10.785)
(=) Lucro (Prej) do Exercício	(9.997)	-2,79%	(1.356)	-0,63%	(8.641)
(+) IR e CSLL	(1.880)	-0,52%	(22.190)	-10,29%	20.310
(+/-) Resultado Financeiro	5.913	1,65%	11.573	5,36%	(5.660)
(+) Deprec, amort e exaustão	955	0,27%	1.210	0,56%	(255)
EBITDA	(5.009)	-1,40%	(10.763)	-4,99%	5.754

Desempenho Econômico financeiroCaixa, Bancos e Endividamento Líquido

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	2018	2017	
DISPONIBILIDADES	6.840	6.425	415
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.593	6.138	455
Aplicações Financeiras - garantidores	247	287	(40)
ENDIVIDAMENTO	24.383	29.736	(5.353)
Empréstimos	24.383	25.673	(1.290)
Operações Vendedor e Venpec	-	4.063	(4.063)
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	17.543	23.311	(5.768)
Endividamento líquido (sem Vendedor e Venpec)	17.543	19.248	(1.705)
Operações Vendedor e Venpec	-	4.063	(4.063)

Sobre a ótica do endividamento líquido bancário, a Companhia registrou uma redução de R\$ 1.705 em 2018 versus 2017.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

- i. Hipótese de resgate: não há previsão de resgate de ações da Companhia, além das legalmente previstas
- ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate: não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Ver tópico “Desempenho econômico financeiro/Caixa, Bancos e Endividamento líquido”.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A Companhia vem se utilizando das principais linhas de financiamentos disponíveis no Sistema Financeiro Bancário, conforme demonstrado no quadro item f.i, abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia vem se utilizando das principais linhas de financiamentos disponíveis no Sistema Financeiro Bancário, conforme demonstrado no quadro item f.i, abaixo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:**

Descrição	Indexador	Modalidade	Vencimento Final	Consolidado	
				31.12.2018	31.12.2017
Moeda Nacional					
Financiamentos					
Banco ABC Brasil S/A	CDI	Capital de Giro	23.02.22	5.774	6.264
Banco do Estado R.Grande Sul	CDI	Capital de Giro	06.07.21	2.439	3.319
Banco Mercantil do Brasil S/A	CDI	Capital de Giro	16.01.22	14.441	15.705
Outras Instituições Financ.	CDI	diversos	diversos	1.729	385
				24.383	25.673
Empréstimos-aquisição de peças e veículos					
Bradesco S.A. (Vendor)	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	-	4.063
				-	4.063
TOTAL EMPRÉSTIMOS				24.383	29.736
Circulante				4.075	5.568
Não Circulante				20.308	24.168

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Não ocorreu.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:
Não ocorreu.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados:
Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:
Não ocorreram alterações significativas nos itens das demonstrações financeiras em 2018.

10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) Resultados das operações do emissor****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Receita Líquida Operacional: No segmento florestal, a Companhia industrializa e comercializa madeira processada e seus derivados. No segmento de veículos pesados a Companhia comercializa caminhões e ônibus marca Scania, acessórios e presta serviços de assistência técnica em suas concessionárias autorizadas.

O crescimento das receitas já era esperado, acompanhando a melhora do mercado dos segmentos em que atua.

Resultado Financeiro: No exercício de 2018, no consolidado, a Companhia apresentou saldo negativo de R\$ 6.584 frente ao saldo negativo de R\$ 11.715 em 2017, conforme demonstrado abaixo:

Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Juros ativos	1.313	-	1.560	228
Juros s/operações de mútuos	22	110	404	229
Rendimento de aplicações financeiras	-	1.151	122	1.459
Descontos obtidos	-	-	830	943
Outras receitas financeiras	-	-	84	20
Total	1.335	1.261	3.000	2.879

Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16)	(1.825)	(3.591)	(5.917)
Juros passivos sobre parcelamentos	(10)	(1.559)	(1.692)	(1.746)
IOF	-	(327)	(197)	(1.181)
Juros de mora	(33)	(2.892)	(3.135)	(4.673)
Juros de mútuos	(109)	-	(134)	-
Despesas bancárias	(19)	(53)	(305)	(318)
Descontos concedidos	-	-	(243)	(356)
Outras despesas financeiras	(82)	(304)	(287)	(403)
Total	(269)	(6.960)	(9.584)	(14.594)

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A melhora dos segmentos de mercado em que a Companhia atua e a redução de dívidas em geral, impactou positivamente em 2018, aumentando o lucro bruto, reduzindo despesas comerciais, administrativas e financeiras.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Evolução Segmento Veículos Pesados	2018	2017	Var %
Receita Bruta de Vendas e Serviços	285.439	154.011	85%
Receita bruta revenda de mercadorias	273.868	144.782	89%
Receita bruta prestação de serviços	11.429	9.135	25%
Outras Receitas	142	94	51%
Deduções das Vendas e Serviços	(31.090)	(15.698)	98%
Cancelamentos, abatimentos, etc	(576)	(379)	52%
Impostos s/vendas	(30.514)	(15.319)	99%
Receita Líquida Vendas e Serviços	254.349	138.313	84%
(-) Custo das Vendas	(226.739)	(122.602)	85%
(-) Custo revenda de mercadorias	(220.570)	(116.823)	89%
(-) Custo prestação de serviços	(6.169)	(5.779)	7%
Lucro (ou Prejuízo) Bruto	27.610	15.711	76%

O segmento Veículos apresentou significativa melhora, acompanhando a retomada do crescimento desse mercado.

10.2 - Evolução Segmento Madeiras	2018	2017	Var %
Receita Bruta de Vendas e Serviços	113.458	84.576	34%
Receita bruta venda produto acabado	80.670	60.784	33%
Receita bruta revenda de mercadorias	15.775	11.151	41%
Receita bruta prestação de serviços	3.815	3.843	-1%
Outras Receitas	13.198	8.798	50%
Deduções das Vendas e Serviços	(8.918)	(7.183)	24%
Cancelamentos, abatimentos, etc	(889)	(756)	18%
Impostos s/vendas	(8.029)	(6.427)	25%
Receita Líquida Vendas e Serviços	104.540	77.393	35%
(-) Custo das Vendas	(80.135)	(63.030)	27%
(-) Custo venda produtos acabados	(64.265)	(54.097)	19%
(-) Custo revenda de mercadorias	(11.554)	(5.962)	94%
(-) Custo prestação de serviços	(4.276)	(2.971)	44%
(-) Custo outras receitas	(40)	-	100%
Lucro (ou Prejuízo) Bruto	24.405	14.363	70%

O segmento Madeiras apresentou acréscimo de 35% na Receita Operacional Líquida, em decorrência do câmbio e aumento de produção

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu.

a) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não ocorreu.

c) Eventos ou operações não usuais

Não ocorreu.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4.a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreu.

10.4.b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não ocorreu.

10.4.c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalva:

“Conforme Nota Explicativa 2.19, está vigente a partir de 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, o qual determina que a Companhia deve reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado. A Companhia não concluiu o processo de implantação da norma e desconhece os efeitos dos possíveis ajustes em suas demonstrações financeiras.”

Ênfase:

“Chamamos a atenção, apesar da melhora na liquidez da Companhia no exercício de 2018 e em 31 de março de 2019, onde o ativo circulante passou a ser superior ao passivo circulante em R\$ 8.603 mil, no consolidado, em decorrência da recuperação das vendas pelas controladas Cotrasa Veículos e Serviços Ltda. e Battistella Indústria e Comércio Ltda., chamamos a atenção para o Patrimônio Líquido de R\$ 1.380 mil, onde a Companhia apresenta Prejuízos Acumulados de R\$ 141.789 mil em 31 de março de 2019. O montante é reflexo de constantes prejuízos nos períodos anteriores. Desta forma, ainda entendemos que há incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, não obstante todos os esforços que a Administração vem adotando para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do sucesso das medidas empenhadas pela Administração e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso dessas medidas.”

10.5 - Políticas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) *Imposto de renda, contribuição social e outros impostos*

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro, baseado na produção, planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais e custos de capital planejado. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) *Continuidade operacional*

Considerando sua atual posição patrimonial e financeira, a Companhia utiliza julgamento significativo para avaliar sua continuidade operacional. As análises da administração indicam não existir dúvida sobre a capacidade da Companhia de manter suas atividades.

(c) *Valor justo de propriedades para investimentos*

O cálculo do valor justo das propriedades para investimentos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento e comparação de dados observáveis, conforme divulgado na nota 13. Quaisquer mudanças nas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado das avaliações de tais propriedades significativamente.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não estão evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não estão evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia

10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Não há previsão.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não há previsão.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não há previsão.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não ocorreu.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não ocorreu.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Setor Veículos Pesados: as pesquisas são realizadas pela Scania e não por suas concessionárias.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. Objeto da projeção

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções.

- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções.

- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração

Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônica, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao secretário da reunião por carta, fac-símile ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro. O membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar na reunião por outro membro do Conselho de Administração devidamente autorizado por escrito. Poderá também enviar antecipadamente seu voto por escrito, ou ainda participar da reunião à distância utilizando-se de reunião telefônica, vídeo conferência ou qualquer outro meio de comunicação eletrônica que possa assegurar a autenticidade da participação. No caso de participação à distância, o membro do Conselho de Administração poderá transmitir via fac-símile (ou outra forma que assegure de maneira segura a autenticidade de transmissões escritas) declarações de voto sobre as matérias tratadas durante a reunião ou a própria ata lavrada quando da conclusão dos trabalhos. Uma vez recebida a declaração, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo 3 (três) membros e no máximo 9 (nove) membros, todos pessoas naturais, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, investidos nos seus cargos na forma prevista no artigo 149, Lei nº 6.404/76, sendo permitida a reeleição..A Assembleia Geral que eleger os conselheiros determinará o número de cargos do Conselho de Administração a serem preenchidos em cada mandato, observado o número mínimo de 3 (três) conselheiros.

Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixadas na lei e neste Estatuto Social:

- (a)** Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, política e objetivos básicos, para todas as áreas principais de atuação desta, assim como das sociedades controladas da Companhia;
- (b)** Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia;
- (c)** Deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, respeitando o disposto neste Estatuto Social, bem como fixar o preço de emissão e prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas para subscrição de títulos e valores mobiliários em aumento de capital a ser deliberado dentro do capital autorizado, inclusive podendo excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nos casos assim permitidos;
- (d)** Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento, ou permanência em tesouraria para posterior alienação, bem como proposta de resgate de ações de emissão da Companhia.
- (e)** Deliberar sobre as condições de emissão de debêntures, de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, por delegação da Assembleia Geral;
- (f)** Eleição, reeleição e destituição dos Diretores, bem como fixar as atribuições e competências da Diretoria;
- (g)** Aprovar os planos de trabalho e orçamentos anuais, programas de investimento, reequipamento, política ambiental e plano de expansão de atividades que não estejam detalhadamente previstos no orçamento anual e/ou plurianual da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (h)** Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais, a cada um dos executivos e administradores da Companhia;
- (i)** Atribuir aos membros da administração, quando assim for deliberado, a sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, inclusive intermediários;
- (j)** Manifestar sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, autorizar a distribuição de dividendos intermediários, na forma do artigo 204, e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76 e, se distribuídos estes com base em resultados apurados em balanço intermediário, fixar a participação nos lucros a que farão jus os administradores;
- (k)** Escolher e destituir os auditores independentes, convocando-os para prestar esclarecimentos sempre que entender necessário;
- (l)** Autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;
- (m)** Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou por exigência legal ou estatutária;
- (n)** Submeter para deliberação da Assembleia Geral proposta de alteração deste Estatuto;
- (o)** Outorgar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas;
- (p)** Aprovar a prestação de fiança, aval ou quaisquer garantias em favor de terceiros ou de sociedade em que a Companhia houver efetuado investimento, direta ou indiretamente;
- (q)** Fixar critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) da administração e dos funcionários da Companhia e de suas sociedades controladas;
- (r)** Aprovar a constituição e extinção de controladas e a participação da Companhia o capital de outras sociedades;
- (s)** Aprovar a celebração, rescisão ou alteração de qualquer operação ou série de operações com qualquer sociedade na qual qualquer acionista, seus controladores, controladas ou coligadas, qualquer Diretor ou Conselheiro da Companhia, ou de qualquer controlada, tenha participação acionária, sendo certo, porém, que o preceito anterior não será aplicável a qualquer uma destas operações em termos não menos favoráveis à Companhia ou suas controladas que aqueles que teriam sido obtidos à época de um terceiro não relacionado acima;
- (t)** Aprovar a assunção de obrigações de empréstimo (inclusive títulos) em uma operação ou série de operações com valor agregado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (u)** Aprovar a venda ou transferência de bens móveis ou imóveis da Companhia, ou de qualquer controlada, em qualquer caso, de valor superior a R\$ 100.00,00 (cem mil reais);
- (v)** Fixar e orientar o voto a ser proferido pelo(s) representante(s) legal(ais) da Companhia nas Assembleias Gerais ou reuniões de sócios das sociedades em que a Companhia participe como acionista ou sócia, assim como aprovar previamente as alterações do estatuto ou do contrato social das sociedades em que a Companhia participa, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (w) Aprovar os negócios jurídicos e deliberações referidas neste artigo pelas sociedades controladas da Companhia ou sociedades a ela coligadas;
- (x) Autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário e valor;
- (y) Aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- (z) Tomar decisões relativas à estrutura de capital da Companhia;
- (aa) Aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (bb) Avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Companhia;
- (cc) Deliberar sobre os casos omissos e todas as demais atribuições previstas neste Estatuto Social e na legislação pertinente;
- (dd) Aprovar a abertura, instalação, manutenção, alteração ou extinção de filiais, armazéns, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, atribuindo-lhes capital autônomo, destacado daquele da Matriz;
- (ee) Autorizar a Diretoria à contratação de projetos, obras e serviços, bem como celebração, alteração e extinção de quaisquer contratos com terceiras pessoas, cujo objeto da operação não tenha sido contemplado no orçamento anual, e cujo valor, em cada caso, ultrapasse a quantia de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), excetuados deste item os contratos de operações para financiamento de caminhões (Finame) e contratos de compra e venda de caminhões novos e/ou usados.
- (ff) Autorizar a Diretoria à celebração de contrato de locação de imóvel não residencial.
- (gg) Aprovar a contratação em operações de derivativos nas modalidades termo, futuro, opções e swap, independentemente de valor, bem como quaisquer outros contratos oriundos do mercado financeiro que possam gerar prejuízo ou risco para a Companhia, decorrentes da flutuação de taxas, índices ou câmbio.

Diretoria

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar os atos de gestão dos negócios sociais, as operações relacionadas aos fins de interesse da Companhia e a representação geral da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa e passivamente, na forma atribuída pelos membros do Conselho de Administração, observadas as hipóteses de competência exclusiva da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, conforme previsto na Lei 6.404/76 e neste Estatuto Social.

A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 3 (três) Diretores, sendo que:

- (i) 1 (um) será designado Diretor Presidente;
- (ii) 1 (um) será designado Diretor Administrativo Financeiro, que exercerá, cumulativamente, a função de Diretor de Relações com Investidores.; e
- (iii) 1 (um) será designado Diretor sem designação específica.

Conforme o parágrafo 1º do artigo 16 do estatuto, compete ao Diretor de Relações com os Investidores, além das atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a representação da Companhia perante os órgãos reguladores e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

demais instituições que atuem no mercado de valores mobiliários e a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, às bolsas de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia no mercado de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

Conforme o Parágrafo 2º do artigo 16 do estatuto, a Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que convocada por qualquer Diretor.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas, com as atribuições, poderes, competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos, reelegíveis e destituíveis pela Assembleia Geral, que lhes ficará sua remuneração.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Assembleia Geral será convocada na forma da lei e o edital de convocação será publicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação, e de 8 (oito) dias, em segunda convocação, devendo ser assinado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo seu substituto, nele devendo constar a ordem do dia, o local e a hora da assembleia.

b. Competências

A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em Lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos ficam disponíveis na sede da Companhia, localizada na Alameda Bom Pastor, nº 3700, Bairro Barro Preto, CEP 83.015-140, Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, sendo publicados em até um mês de antecedência.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral em relação ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social, como também não poderá votar a aprovação de suas contas como administrador.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano, que sejam acionistas, administradores da Companhia ou advogados, desde que comprovadas estas qualidades por meio de mandato com poderes especiais, cujo instrumento procuratório ficará arquivado na Companhia. O respectivo instrumento de mandato devidamente outorgado deverá ser apresentado com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à Assembleia Geral, bem como deverão ser apresentados documentos de identificação e comprovante expedido pela instituição depositária das ações.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarialização e consularização

A Companhia ainda não implementou o boletim de voto a distância.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia ainda não implementou sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia ainda não implementou sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

j. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias gerais.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

A Companhia ainda não implementou sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração se reúne ordinariamente bimestralmente conforme estatuto social e extraordinariamente, quando necessário. Em 2018 foram realizadas 06 reuniões do Conselho de Administração.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordo de acionistas.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não existem mecanismos específicos de identificação e administração de conflitos de interesse além dos dispostos na lei. Em relação à identificação e administração de conflitos de interesses, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que membros do Conselho de Administração estão proibidos de votar em qualquer assembleia geral que deliberem sobre assuntos com os quais tenham conflito de interesses, ou ainda de atuar em qualquer transação ou negócio nos quais tenham conflito de interesses com a Companhia.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e efeitos das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral,

Conforme parágrafo único do artigo 28 do estatuto, elege-se a Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem, para dirimir as questões, disputas, controvérsias ou avenças entre as referidas acima.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Pr
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função		
Cristiano Locatelli	23/10/1976	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2019	30/04/2019
016.504.349-01	Administrador	19 - Outros Diretores	30/04/2019	Sim
Não há		Não há		
Maurício Valente Battistella	23/12/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2019
215.387.668-09	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2019	Sim
Não há				
Melissa Telma Figueiredo	11/08/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2019
016.360.399-52	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2019	Sim
Não há				
Luciano Ribas Batistella	20/11/1968	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2019	30/04/2019
699.384.909-72	Administrador	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	30/04/2019	Sim
Diretor de Relações com Investidores				
Cleberon Parra Rocco	14/01/1967	Conselho Fiscal	30/04/2019	30/04/2019
084.838.248-09	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim
Não há				
Terezinha do Rocio Machado Wendler	19/12/1962	Conselho Fiscal	30/04/2019	30/04/2019
748.047.159-91	Contadora	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim
Não há				
Moacir José Krainz	18/09/1972	Conselho Fiscal	30/04/2019	30/04/2019
612.050.289-00	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2019	Sim
Não há				
Experiência profissional / Critérios de Independência				
Cristiano Locatelli - 016.504.349-01				

FORMAÇÃO:

Graduação em Processamento de Dados na Universidade do Contestado/SC – Conclusão Dez/99.

Graduação em Gestão Estratégica de Vendas na Universidade Norte do Paraná/PR – Conclusão em Out/08.

MBA – Administração Estratégica e Financeira na Universidade do Oeste de Santa Catarina – Conclusão Ago/11.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Jun/2002 a Atual – Battistella e Cotrasa – Divisão de veículos pesados - Diretor de Operações: Diretoria geral de 7 filiais - concessão Scania no Paraná; Realiza grandes frotista e varejos; Condução de negociações de compras junto à fábrica; Desenvolvimento de ferramentas de controles sobre as vendas, com foco no Diretor de serviços - Atuação de 2013 a 2015.

Responsável por toda a divisão de prestação de serviços da companhia, tendo sob responsabilidade doze concessionárias, um posto de serviços, um posto de business e marketing plan para as concessionárias; desenvolvimento de estratégias de comercialização de peças e serviços.

Gerência Regional de Serviços - Atuação de 2008 a 2013 - Gestão de 4 concessionárias de caminhões; Gestão direta sobre 12 supervisores, com total de 100 aproximado de R\$ 2 milhões de reais, com foco no fomento de serviços de alto padrão, alto fluxo de giro dos estoques, gerenciamento da obsolescência administrativa sobre contas a pagar, cobranças de clientes e fluxo de caixa diário; Desenvolvimento de projetos de melhoria contínua e padronizações de certificação.

Supervisor de Serviços - Atuação de 2002 a 2008 - Gestão da oficina mecânica e reformas dos veículos; Condução de equipe com 25 pessoas, na qual organiza negociações com clientes, seguradoras e com a fábrica, referente a assuntos relacionados a campanhas promocionais, garantias, recalls, entre outros.

Maurício Valente Battistella - 215.387.668-09

Consultor de desenvolvimento de novos projetos nos setores Florestal e Logística da Battistella Administração e Participações S/A. Formado em Administrador em 1998, possuindo MBA em Relações Internacionais pela Wharton Universidade da Pensilvânia/EUA. Entre os cargos e funções exercidas destacam-se: 2 anos de gestão de valor para o acionista, 3 anos como consultor pela The Boston Consulting Group com foco em bens industriais e serviços financeiros e experiência em Miami e Nova York. Desde 2008 atua no Grupo de empresas Battistella.

Melissa Telma Figueiredo - 016.360.399-52

Advogada graduada pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Pós-graduada em Direito Empresarial pela FAE Business School. Pós Graduada em 1998 -2000 – Advogada responsável pelo Departamento Jurídico do Mogi Shopping Center em Mogi das Cruzes/SP; 2000 – 2010 – Coordenadora da área cível e Advocacia Empresarial em Curitiba/PR; 2010 – 2012 – Coordenadora Jurídica da área contratual e do contencioso cível e trabalhista do Departamento Jurídico; 2013 – 2014 – Gerente Jurídica do Departamento Jurídico da Battistella Administração e Participações S/A. 2015 – Coordenadora do Contencioso Cível no Escólio atual Advogada na Battistella Administração e Participações S/A, Battistella Indústria e Comércio Ltda. e Cotrasa Veículos e Serviços Ltda.

Luciano Ribas Battistella - 699.384.909-72

Administrador de empresas formado pela Universidade Paulista. Ocupou o cargo de Gerente Administrativo Financeiro na Bavesa, uma concessionária General Motors em 1997 atuou na Battistella Administradora de Consórcios até 2001. A partir do ano de 2002 iniciou como Diretor da Battistella Indústria e Comércio Ltda, no qual atua atualmente.

Cleberon Parra Rocco - 084.838.248-09

Formado em administração de empresas pela FAAP em Sp
Sócio diretor da Sociedade de Ensino Superior Mozarteum
Sócio diretor da Sociedade Guarulhense de Educação
22 anos de experiência em administração educacional

Terezinha do Rocio Machado Wendler - 748.047.159-91

Graduada pela UFPR – Universidade Federal do PR em Ciências Contábeis em 1995; cursou especialização em Controladoria, pela Universidade Federal do Paraná em 2006; Controladoria e Auditoria, pela Fundação Getúlio Vargas, em 2014.

Formação Profissional: iniciou no Grupo de empresas Battistella em 1983, tendo diversas funções na área administrativa: Coordenador Contábil, no período de 1983 a 2006; Analista Contábil, no período de 1995 a 2006

Moacir José Krainz - 612.050.289-00

Especialista em Administração Financeira, Contábil e Controladoria, pela Universidade da Região de Joinville, possui sólida experiência, desenvolvida ao longo de 25 anos em empresas industriais de grande porte, nacionais e multinacionais. Atuação direta em atendimento a auditorias externas de balanço, bem com auditor interno da empresa. Sócio da empresa Ambiente e FSC – Forest Stewardship Council/Conselho de Manejo Florestal. Sócio da empresa Krainz & Siqueira Contadores Associados Ltda.

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

Cristiano Locatelli - 016.504.349-01

N/A

Maurício Valente Battistella - 215.387.668-09

N/A

Melissa Telma Figueiredo - 016.360.399-52

N/A

Luciano Ribas Batistella - 699.384.909-72

N/A

Cleberson Parra Rocco - 084.838.248-09

N/A

Terezinha do Rocio Machado Wendler - 748.047.159-91

N/A

Moacir José Krainz - 612.050.289-00

N/A

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui Comitês instituídos

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que não há relações familiares

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que não ocorreram relações de subordinação, prestação de serviços ou controle

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia não possui acordos, apólices de seguros, etc., para despesas suportadas pelos administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 12 do Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de remuneração da Companhia para os administradores tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essa política visa a retribuição do desempenho de nossos administradores e recompensar-lhes pelas metas alcançadas, que também visa garantir a equidade salarial entre os pares para proporcionar a mobilidade dos executivos entre as várias unidades de negócios.

A Companhia valoriza a contribuição individual para o desempenho do conjunto e busca simplicidade na aplicação, compreensão, controle e acompanhamento de metas e de gestão associadas ao desempenho econômico dos negócios e compromissos individuais de ações.

b. Composição da remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração.

Os membros do Conselho de Administração, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração da companhia são reembolsados, pela Companhia, de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

Diretoria: os membros da Diretoria fazem jus a uma remuneração composta pelos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: balizada com as práticas de mercado, visa reconhecer o valor dos conselheiros interna e externamente, e inclui que inclui salários e encargos dos administradores;
- Benefícios: visam complementar os benefícios da assistência social pública e dar maior segurança aos diretores e seus familiares dentro das práticas usuais do mercado, assegurando as perfeitas condições para o desempenho do cargo, e compreendem plano de saúde, seguro de vida e acidentes pessoais, automóvel locado e telefone móvel.

Conselho Fiscal:

A Companhia teve instalação do Conselho Fiscal em 20 de abril de 2012. A remuneração é definida pelo Conselho de Administração da Companhia, com base na Lei 6.404/76 e no estatuto da Companhia.

Comitê de Gestão de Pessoas:

Não há comitê de gestão de pessoas instalado no grupo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

ii. proporção de cada elemento na remuneração total (a)

Exercício Social encerrado em 31.12.2017:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa	0%	0%
Benefício	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%
Remuneração Baseada em Ações	N/A	NA

Exercício Social encerrado em 31.12.2018:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração Fixa	0%	0%
Benefício	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%
Remuneração Baseada em Ações	N/A	NA

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os níveis de remuneração são balizados na prática de mercado, obtida anualmente através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, das quais são selecionados painéis específicos de empresas que reflitam uma combinação das seguintes características: (i) porte similar ao da Battistella, em termos de faturamento; (ii) principais concorrentes nos mercados onde atua; (iii) região de atuação; e (iv) filosofias de remuneração consistentes e similares.

A remuneração fixa, ou honorários fixos, são baseados na mediana de mercado, e podendo ser reajustados em data a ser estipulada pela Companhia, de acordo com previsão orçamentária anual aprovada pelo Conselho de Administração, obedecendo os limites estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos seus executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer os resultados obtidos pela Companhia e desempenhos individuais, em níveis competitivos aos de mercado. A remuneração fixa é baseada na média dos valores praticados pelo mercado, obtida através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas, e no desempenho individual.

A remuneração variável da diretoria é baseada em metas e estratégias do negócio, visando a criação de valor sustentável e de longo prazo à Companhia.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Um dos parâmetros de ajuste do salário base é desempenho individual (medido por metas individuais, competências e comportamentos), atrelado a previsão orçamentária anual aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da empresa é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas, além de incentivar os administradores a buscar maior rentabilidade aos investimentos em projetos diversos.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria não recebem remuneração suportadas por empresas subsidiárias ou controladas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00			3,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação				
Nº total de membros		2,00		3,00
Nº de membros remunerados		0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		0,00		0,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				

Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Nº total de membros			3,00	3,00
Nº de membros remunerados			3,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			0,00	0,00
Benefícios direto e indireto			0,00	0,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			72.000,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus			0,00	0,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego			0,00	0,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00

Observação				
Nº total de membros			3,00	3,00
Nº de membros remunerados			3,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore			0,00	0,00
Benefícios direto e indireto			0,00	0,00
Participações em comitês			0,00	0,00
Outros			72.000,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus			0,00	0,00
Participação de resultados			0,00	0,00
Participação em reuniões			0,00	0,00
Comissões			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego			0,00	0,00
Cessação do cargo			0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)			0,00	0,00
Observação				
Nº total de membros	3,00			3,00
Nº de membros remunerados	0,00			0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00			0,00
Benefícios direto e indireto	0,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				

Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00			0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00			0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não há previsão de remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não se aplica tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária baseado em ações de sua emissão.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária baseado em ações de sua emissão.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não existem opções em aberto, visto que não foram exercidas quaisquer opções nos últimos três exercícios sociais

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração a seus administradores baseada nas ações de sua emissão.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração a seus administradores baseada nas ações de sua emissão.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, por órgão:

Participação Direta	Companhia			
	Quantidade de Ações Ordinárias da Companhia (em unidades)	Participação no Total de Ações Ordinárias	Quantidade de Ações Preferenciais da Companhia (em unidades)	Participação no Total de Ações Preferenciais
Conselho de Administração	12.231	0,079633%	0	0,0000%
Diretoria	733	0,004772%	0	0,0000%
Conselho Fiscal	0	0,0000%	0	0,0000%
Total	12.964	0,084405%	0	0,0000%

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração, aos diretores estatutários e demais administradores da Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			31/12/2015
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00	
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	0,00	3,00	3,00	
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	55.000,00	0,00	12.000,00	20.000,00	
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	27.190,63	0,00	10.000,00	20.000,00	
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	49.500,00	0,00	12.000,00	20.000,00	

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Para os membros do Conselho de Administração ou Diretoria não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2018	2017	2016
Conselho de Administração	0,00%	0,00%	84,74%
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os membros do Conselho de Administração, ou Diretoria não receberam remuneração além das referentes a função de ocupam na Companhia.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de Controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 13 do Formulário de Referência.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Empregados com base na atividade desempenhada na Emissora			
Empregados	Em 31 de dezembro de:		
	2018	2017	2016
Administrativo	0	0	07
Comercial.....	0	0	0
Industrial/Operacional.....	0	0	0
Total	0	0	07

Empregados com base na atividade desempenhada nas Controladas Diretas e Indiretas			
Empregados	Em 31 de dezembro de:		
	2018	2017	2016
Controladas Diretas			
Battistella Adm. e Particip.S/A	0	0	07
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	208	215	223
Battistella Ind. e Comercio Ltda	439	401	289
Total.....	647	616	519

Empregados com base na localização geográfica			
Empregados	Em 31 de dezembro de:		
	2018	2017	2016
Região Sul.....	647	616	518
Região Sudeste.....	0	0	1
Total	647	616	519

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Empregados terceirizados com base na atividade desempenhada			
Terceirizados	Em 31 de dezembro de:		
	2018	2017	2016
Administrativo	0	0	0
Comercial.....	0	0	0
Industrial/Operacional	0	0	0
Total	0	0	0

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Empregados terceirizados com base na localização geográfica			
Terceirizados	Em 31 de dezembro de:		
	2018	2017	2016
Região Sul.....	0	0	0
Região Sudeste.....	0	0	0
Total	0	0	0

c. Índice de rotatividade

	Índice de Rotatividade (em %)		
	2018	2017	2016
Índice de Rotatividade Total.....	2,95%	3,37%	1,63%

d. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas está detalhada nos itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência, nos quais estão descritos os processos judiciais, administrativos e arbitrais relativos à legislação trabalhista.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não ocorreram alterações relevantes em Recursos Humanos

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A política salarial da Companhia é baseada na média das remunerações praticadas pelo mercado, sendo que é efetuado o reajuste das faixas salariais, sempre que necessário e em conformidade com a legislação trabalhista e a data base dos dissídios coletivos inerente à categoria dos empregados. Cada localidade possui três tabelas salariais, sendo uma para colaboradores Técnicos Administrativos, outra para colaboradores Comerciais e outra para Operações. A Companhia adota mais de um tipo de aumento salarial, a progressão e a promoção. A progressão é o aumento horizontal, baseado na avaliação de desempenho e potencial, sem mudança de cargo. Já a promoção, é o aumento vertical, caracterizado por meio da passagem para cargo de faixa superior.

b. política de benefícios

A Companhia oferece um pacote de benefícios competitivo com pacotes oferecidos por empresas com dimensões e complexidades semelhantes. De maneira geral, os benefícios concedidos incluem: assistência médica, seguro de vida em grupo, vale refeição, restaurante Industrial e auxílio creche.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota plano de remuneração baseado em ações para os empregados não-administradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

O relacionamento da Companhia com os sindicatos tem como base a comunicação, compreensão, tolerância, sociabilidade, confiança e respeito, mantendo um histórico de harmonia com estas organizações.

A Companhia mantém relações com o sindicato abaixo:

Estado	Sigla	Descrição
PR	SECPB	Sind. dos Empreg. no Comércio de Pato Branco
	SECPG	Sind. dos Empregados no Comércio de P.Grossa
	SINCAPR	Sind. dos Empregados no Comércio de U.Vitória
	SINDASPP	Sind. Trab. Empr. Serv., Assess., Per., Inform., Pesq. em Empr. Prest. Serviço do Estado PR
	SINDECON OESTE	Sind. dos Empr. nas Empresas Concessionárias de veículos, Máq. e Impl. Agríc. da Região Oeste do PR
	SINDICOM PR	Sind. dos Empregados no Comércio de Curitiba
	SINDIGUA	Sind. dos Empregados no Comércio de Guarapuava
	SINPOSPETROPG	Sind. dos Empr. em Postos de Serv. de Combust. e Der. de Petróleo, Lava Rápido, Troca Óleo Ponta Gro
	SINVEPAR	Sind. dos Empregados Vend. e Viaj. do Com., Propag., Propag. Vend. e Vend. Prod. Farmaceuticos PR
	SITRO	Sindicato dos Trab.em Transp.Rodov.do Estado do PR

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 14 do Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista				
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. ações totais
Detalhamento por classes de ações (Unidades)				
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %		
Aliança Battistella Agro Pastoral Adm.de Bens S/A				
44.062.743/0001-61	PR	Não	Sim	21/02/2019
Não				
	12.917.017	86,921%	0	0,000%
OUTROS				
	1.943.551	13,079%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:				
	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL				
	14.860.568	100,000%	0	0,000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária**CONTROLADORA / INVESTIDORA****ACIONISTA**

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ
Detalhamento de ações (Unidades)				
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde.

CONTROLADORA / INVESTIDORA

Aliança Battistella Agro Pastoral Adm.de Bens S/A

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:

0	0,000	0	0,000
---	-------	---	-------

Hildo José Battistella

003.972.459-04	Brasil-SP	Não	Não
Não			
6.832	3,071	0	0,000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000

Luciano Ribas Batistella

699.384.909-72	Brasil-SP	Não	Não
Não			
104.907	47,162	0	0,000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000

Maurício Valente Battistella

215.387.668-09	Brasil-SP	Não	Não
Não			
104.907	47,162	0	0,000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000

15.1 / 15.2 - Posição acionária**CONTROLADORA / INVESTIDORA****ACIONISTA**

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ
Detalhamento de ações (Unidades)				
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde.

CONTROLADORA / INVESTIDORA

Aliança Battistella Agro Pastoral Adm.de Bens S/A

Odelir Battistella

643.057.248-04	Brasil-PR	Não	Não	
Não				
5.793	2,605	0	0,000	

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
-------------	---------------------------	---------

TOTAL	0	0.000
-------	---	-------

OUTROS

0	0,000	0	0,000
---	-------	---	-------

TOTAL

222.439	100,000	0	0,000
---------	---------	---	-------

15.3 - Distribuição de capital

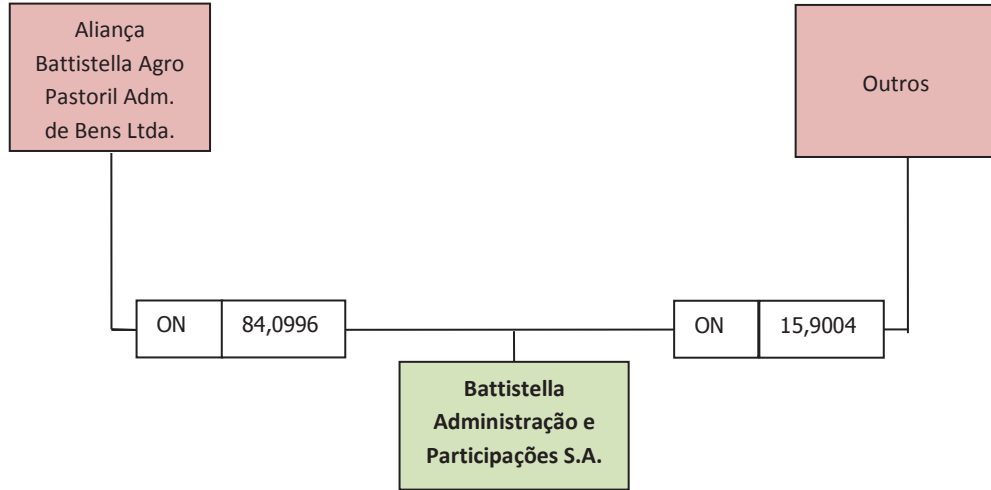
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	424
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	17
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	2.329.491	15,167%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	2.329.491	15,167%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, visto que não há acordo de acionistas arquivado na sede do emissor, ou do qual o controlador seja parte.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não aplicável, visto que não correram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

15.7 - Principais operações societárias

Evento	Incorporação da Battistella Trading S/A (controlada) na Battistella Administração e Participações S/A (controladora)
Principais condições do negócio	Em 7 de julho de 2017 foi incorporada a Battistella Trading S/A na controladora, com objetivo de simplificação da estrutura de empresas, e não implicou em alterações no capital social da Companhia, desde que a mesma já detinha ações representativas de 100% do capital social da Trading.
Sociedades envolvidas	Battistella Administração e Participações S/A, Battistella Trading S/A e Portosul Participações S/A
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A empresa Battistella Trading S/A deixa de existir no quadro societário do grupo. Em decorrência disso, a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Portosul passou a ser de propriedade da incorporadora, Battistella Administração e Participações S.A
Quadro societário antes e após a operação	A empresa Battistella Trading S/A deixa de existir no quadro societário do grupo. Em decorrência disso, a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Portosul passou a ser de propriedade da incorporadora, Battistella Administração e Participações S.A

Evento	Redução de capital da Battistella Administração e Participações S/A (controladora)
Principais condições do negócio	Em 26 de julho de 2017 foi reduzido o capital da controladora em R\$ 121.966, passando de R\$ 251.556 para R\$ 129.590, com restituição de capital aos acionistas realizada mediante entrega aos acionistas, na proporção da participação de cada um deles no capital social da Companhia, de ações da empresa Portosul Participações S/A.
Sociedades envolvidas	Battistella Administração e Participações S/A, e Portosul Participações S/A

15.7 - Principais operações societárias

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A controladora Battistella Administração e Participações S/A deixa de ter participação no capital social da Portosul Participações S/A
Quadro societário antes e após a operação	A controladora Battistella Administração e Participações S/A deixa de ter participação no capital social da Portosul Participações S/A

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A atual política da Companhia é de que as operações e negócios com partes relacionadas sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No curso regular dos negócios, a Companhia contrata operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com os preços e condições de mercado. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva da alta administração.

A fim de detalhar os principais contratos celebrados entre partes relacionadas, abaixo seguem as principais características de cada um deles:

(i) Instrumento Particular de Contrato de Mútuo:

No contrato de mútuo celebrado entre empresas do Grupo Battistella, o mutuante abre crédito em conta-corrente até um limite em moeda corrente nacional em favor da mutuaria, com o propósito de permitir que a mesma faça retirada de quantias para atendimento de obrigações de sua responsabilidade.

Os contratos têm prazo de vigência de 2 (dois) anos a contar da data de sua assinatura, podendo ser automaticamente prorrogado e renovado por igual período caso nenhuma parte manifeste a intenção de rescindi-lo com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do vencimento. Se rescindido o contrato, serão conciliadas as contas e o saldo devedor deverá ser liquidado em até 30 (trinta) dias da data da denúncia.

O mutuante se reserva o direito de estabelecer prazos e valores a seu critério, para retiradas da mutuaria, além de a qualquer momento poder exigir garantias, que deverão ser apresentadas tão logo solicitadas pela mutuaria, sendo que caso não seja apresentada a garantia o contrato será considerado imediatamente rescindido.

(ii) Contrato Particular de Garantia e outras avenças:

A Aliança Battistella Agro Pastoril e Administradora de Bens Ltda., celebrou contrato particular de emissão de garantias e outras avenças com a Battistella Administração e Participações S.A. Neste contrato, a controladora figura como fiadora ou garantidora de operações de crédito e na emissão de garantias a clientes.

(iii) Contratos de Rateio:

O Convênio de compartilhamento de recursos, esforços e rateio de despesas comuns entre si que celebram as empresas do Grupo, foi firmado em 01 de janeiro de 2019. Estabelece critérios e parâmetros para as controladas reembolsarem a Controladora relativamente aos recursos e esforços despendidos por esta com a finalidade de viabilizar a realização das atividades administrativas de forma centralizada, bem como a implementação de atividades ou empreendimentos comuns. Os valores rateados foram baseados nos custos efetivamente incorridos e tem como base substancialmente o volume do faturamento.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)
Cotrasa Veículos e Serviços Ltda	31/12/2018	67.620,99	R\$ 67.620,99	Não é possível aferir
Relação com o emissor	Controlada			
Objeto contrato	Mútuo			
Garantia e seguros	Não há			
Rescisão ou extinção	Prazo de 02 anos com renovação			
Natureza e razão para a operação	Pagamentos despesas da controlada			
Posição contratual do emissor	Credor			
Especificar				

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e**

Para todas as transações dispostas no item 16.2, em caso de conflito de interesses, a Companhia adota as práticas de governança previstas pela legislação vigente. A Lei das Sociedades por Ações proíbe expressamente os acionistas e administradores da Companhia de votarem em Assembleias Gerais ou intervirem em qualquer operação em que exista conflito entre os seus interesses e os da Companhia. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de causar dano ou prejuízo à Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, sendo que o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para Companhia as vantagens que tiver auferido. Em especial, o Artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em Assembleia Geral, bem como regula a responsabilidade do acionista controlador na sociedade.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Em tais operações, os negócios com partes relacionadas são realizados com o intuito de melhorar o desempenho do Grupo Battistella, levando sempre em consideração o melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e melhores encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

As operações entre a Companhia e as partes relacionadas foram efetuadas a valores, taxas, e prazos usuais de mercado, em condições de comutatividade, não causando qualquer benefício ou prejuízo para as partes.

Quanto às operações financeiras na qual a controladora faça parte, figurando como fiadora ou avalista da Emissora do Contrato de 01.01.2012, esta fará jus a uma comissão de 4% (quatro por cento) ao ano, calculada *pro rata die* sobre o saldo devedor das operações no último dia útil de cada mês.

16.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes para esta seção 16 do formulário de referencia

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Qu prefer
Tipo de capital	Capital Integralizado			
02/10/2017	129.590.402,88		15.359.181	

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)
24/11/2016	Conselho de Administração	24/11/2016	100.000.008,20	Subscrição particular	3.124.024	6.248.048	9.372.072

Critério para determinação do preço de emissão Preço médio de mercado dos últimos 60 dias anteriores ao aumento, respeitando o limite do capital autorizado, previsto no estatuto da Companhia

Forma de integralização Em espécie

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações nos 3 últimos exercícios

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)
26/07/2017	02/10/2017	121.965.575,36	0	0	

Forma de restituição

Foi realizada em bens, mediante a entrega aos acionistas da Companhia, na proporção da participação acionária no capital social da Companhia, de ações ordinárias e preferenciais de emissão da empresa Portosul. Para cada unidade do número de ações da Portosul que atualmente titulam no capital social da Companhia, ou seja, para cada unidade, receberão 1 (uma) ação de emissão da Portosul.

Razão para redução

A Administração da Companhia entende que o seu capital social tornou-se excessivo para o desenvolvimento e consecução de seus objetivos sociais, e propôs, nos termos do artigo 173 da Lei no 6.404, de 1976, a redução do capital social, cf Proposta da Administração, divulgada no dia 14/07/2017.

17.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que julguemos relevantes em relação a esta Seção 17 até a data deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório, aos quais poderão ser imputados os pagamentos de juros sobre capital próprio, na forma da Lei n.º9249/95. Contudo, no exercício social em que a administração informar, em exposição justificada, à Assembleia Geral, que tal distribuição incompatível, o dividendo obrigatório poderá não ser distribuído.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	O Estatuto Social não dispõe sobre as características do reembolso do capital. Contudo, a Lei 6.404/76 dispõe em seu Artigo 45, que qualquer um dos acionistas dissidente das deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante reembolso no valor patrimonial de suas ações. No caso do exercício de tal direito, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado. Se a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço, o acionista poderá solicitar o levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias da data de deliberação, para a avaliação do valor de suas ações. Nesse caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas, e levantado o balanço especial, o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei 6.404/76 o Estatuto Social e as deliberações das Assembleias Gerais não poderão privar os acionistas dos direitos de (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos da Lei 6.404/76; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei 6.404/76; e (v) retirar-se do quadro de acionistas nos casos previstos na Lei 6.404/76. Qualquer modificação dos direitos não dispostos acima deverá ser deliberada em Assembleia Geral.
Outras características relevantes	Não existem características relevantes, além das informações já dispostas no presente Formulário de Referência.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Obrigações de Realização de Oferta Pública

O Estatuto Social da Companhia não contém cláusulas de proteção à dispersão acionária. Não obstante, a disposição contida no Artigo 6º, Parágrafo 2º, item *b* do Estatuto Social, obriga a realização de oferta pública de acordo com o Artigo 254-A da Lei 6.404/76.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior co (F
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	377.955	
31/03/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	716.823	
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	211.745	
30/06/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	346.569	
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	59.052	
30/09/2018	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	104.071	
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	139.754	
31/12/2018	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	256.230	

Exercício social 31/12/2017

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior co (F
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	342.626	
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	583.634	
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	262.996	
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	771.241	
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.123.656	
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.036.038	
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.434.682	
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	573.814	

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior co (R
31/03/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.253	
31/03/2016	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	441.496	
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	151.501	
30/06/2016	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	406.080	
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	122.107	
30/09/2016	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	768.511	
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	168.908	
31/12/2016	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.059.019	

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia serão negociação na BM&FBOVESPA sob o código “BTTL3”

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não efetuou negociação em mercados estrangeiros

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, dado que a Companhia ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, não realizaram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários relativas a ações de emissão da Companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18.12 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes para esta seção 18 do formulário de referencia

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que não ocorreram planos de recompra na Companhia

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, desde que a Companhia não possui ações em tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não aplicável, uma vez que a Companhia não mantém qualquer valor mobiliário de sua emissão, em tesouraria.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui Política de Negociação formalizada

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 20 do Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação abaixo descrita, a Companhia não adota norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Conforme Instrução CVM nº 358/02, a Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2008 (“Política de Divulgação”), consiste na política da Companhia que regula a divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Abaixo seguem as principais características da Política de Divulgação da Companhia.

A Política de Divulgação tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Companhia que, por sua natureza, possam ser classificados como fato relevante, estabelecendo as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto ao uso, divulgação e manutenção de sigilo de tais informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Divulgação de Fatos Relevantes. Caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e na Política de Divulgação, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam negociados.

A comunicação de fatos relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A divulgação dos fatos relevantes ocorrerá por meio da publicação de anúncios nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo o anúncio conter descrição resumida da informação relevante e indicar os endereços na rede mundial de computadores (Internet) onde a informação detalhada deverá estar disponível a todos os investidores, efetivos ou potenciais, em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Bolsas de Valores.

Sempre que possível, a divulgação de qualquer fato relevante ocorrerá antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, sendo que, em caso de incompatibilidade de horários com outros mercados, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Sempre que for veiculado Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou público selecionado, no País ou no exterior, o fato relevante deverá ser simultaneamente divulgado à CVM, às Bolsas de Valores e aos investidores em geral.

As pessoas vinculadas que tenham conhecimento de qualquer informação que possa configurar fato relevante deverá comunicar, imediatamente e por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores para que esse, por sua vez, tome as medidas necessárias para divulgação da informação, nos termos da lei e da Política de Divulgação.

As pessoas vinculadas que tenham conhecimento de fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de divulgação por mais de 3 (três) dias úteis contados do comunicado escrito nos termos da Política de Divulgação deverão encaminhar imediatamente comunicação escrita aos Administradores para que estes tomem as medidas cabíveis para divulgação da informação ao mercado e às autoridades competentes, se for o caso. A responsabilidade dos Administradores e das Pessoas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Vinculadas que tiveram acesso a Fatos Relevantes não divulgados apenas cessará quando a divulgação à CVM tiver ocorrido.

Exceção à Imediata Divulgação. O Diretor de Relações com Investidores poderá deixar de divulgar fato relevante caso entenda que a revelação colocará interesses legítimos da Companhia em risco, devendo divulgá-lo imediatamente na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de valores mobiliários da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar à CVM a manutenção das informações em sigilo, sendo que a solicitação à CVM deverá ocorrer por meio de envelope lacrado com a inscrição “CONFIDENCIAL” endereçado à Presidência da CVM.

Caso o Diretor de Relações com Investidores julgue necessário, poderá submeter a aprovação da manutenção de fato relevante em sigilo à deliberação da Diretoria e esta, por sua vez, à deliberação do Conselho de Administração.

Dever de Sigilo e Outros Deveres das Pessoas Vinculadas. As pessoas vinculadas devem guardar sigilo acerca de informações privilegiadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que o respectivo fato relevante seja divulgado ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança e contatos comerciais também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

As Pessoas Vinculadas não devem discutir Fatos Relevantes em lugares públicos. Informações privilegiadas somente poderão ser discutidas com aqueles que tenham a necessidade de conhecê-las. As pessoas vinculadas devem ainda: (a) não se valer de informações privilegiadas para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio da compra ou venda de valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados; (b) zelar para que a violação do aqui disposto não possa ocorrer através de subordinados diretos ou terceiros de sua confiança, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; e (c) comunicar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com, valores mobiliários de emissão da Companhia, de sociedades controladas ou de acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas.

A comunicação acima referida deverá abranger negociações com derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de emissão da Companhia ou de emissão de suas sociedades controladas ou de acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas. Tal comunicação deverá ocorrer no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358/02, contendo: (i) indicação do saldo da posição antes e depois da negociação no período; (ii) nome e qualificação do titular, indicando o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda; (iii) quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e (iv) forma da aquisição ou alienação, preço e data das transações.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia ficará responsável pelo envio das informações acima referidas à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores, no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As pessoas vinculadas devem ainda comunicar à Companhia, à CVM e às Bolsas de Valores os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual a pessoa não esteja separada judicialmente, de companheiro, de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas, nos mesmos termos acima indicados.

Quaisquer violações da Política de Divulgação verificadas pelas pessoas vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

As pessoas vinculadas que, inadvertidamente ou sem autorização, de qualquer modo comunicarem, pessoalmente ou através de terceiros, informação privilegiada a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, deverão informar tal ato imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores para que este tome as providências cabíveis.

Obrigação de Indenizar. As pessoas vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta Política de Divulgação e da legislação específica se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou as outras pessoas vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela Política de Divulgação de Informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 21 do Formulário de Referência.